

## MANIFESTO

Caros cidadãos brasileiros, Excelentíssimos Deputados Federais, Excelentíssimos Senadores da República, malgrado todo o esforço por nós empreendido no sentido de advertir, nos mais diversos foros, inclusive ministeriais e judiciais sobre o quanto prejudicará o país e assim todos os brasileiros a manutenção do leilão de extenso trecho da Ferrovia Norte-Sul previsto para a próxima quinta-feira, dia 28 de março de 2019, o governo anuncia que, desprezando o prejuízo a que dará causa, manterá o leilão para a data prevista.

Neste manifesto público que fazemos representamos a FerroFrente – Frente Nacional Pela Volta da Ferrovia, a ANUT (Associação Nacional dos Usuários de Transporte de Carga), Federação Nacional dos Engenheiros, CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários), Federação Nacional das Associações dos engenheiros ferroviários, Representantes dos funcionários da Valec e vários outros integrantes da sociedade civil.

Para que este manifesto não resulte em letra morta, por meio de seus representantes, todas as entidades e associações supracitadas se reunirão em ato de protesto nesta terça-feira, dia 26 de março, no Salão Verde da Câmara dos Deputados, às 13h30.

Vencidas à exaustão todas as etapas de municiamento de dados e de convencimento, essa ação *in loco* visa promover a politização direta da causa, para que não seja lesado o cidadão contribuinte e mormente o país como federação, que no modelo de leilão que está sendo imposto a fórceps terá todo o seu sistema logístico comprometido, prejudicando de forma muito direta toda a produção nacional destinada ao comércio nacional e exterior, bem como um expressivo número de passageiros.

Há vícios de toda a ordem. Primeiramente que o patrimônio construído com dinheiro do contribuinte está sendo malbaratado por até um décimo do valor investido, em alguns casos. Em segundo lugar a falta de circunstância favorável se expressa pelo modelo de concessão, que torna o concessionário dono do trecho que opera, vez que cem por cento do que for operado no trecho dependerá de direito de passagem. Ora, que haja rodovias pedagiadas, ainda que não seja o desejável é algo suportável, pois para utilizá-las basta que se pague. O que se está fazendo com a ferrovia mais importante do país é privatizá-la pura e simplesmente, trocando o benefício de centenas de milhões de pessoas pelo deleite de um punhado de abastados senhores. Em terceiro lugar, está sendo fatiada a ferrovia de forma que os outorgados concessionários não terão acesso aos portos, nem aos do sul nem aos do norte, fato que desvela apenas mais uma das inúmeras trapalhadas do temerário governo de turno.

Trata-se como fácil se vê, de um certame em que as concessionárias que já têm os trechos operantes dos quais os novos dependerão, terão larga vantagem em ampliar o que vimos chamando de duopólio ferroviário brasileiro. Até porque a garantia de direito de passagem está prevista para 5 anos, sendo que o contrato é de 30 anos.

Um questionamento pontual se refere ao prazo de garantia do direito de passagem. O edital favorece francamente os operadores de trechos complementares ao ramal a ser licitado, entre Palmas (TO) e Estrela d'Oeste (SP).

Por tudo isso, na semana passada, o TCU (Tribunal de Contas da União) recebeu do Ministério Público a recomendação de que o edital fosse suspenso, com base em estudos que indicam esses vários problemas na modelagem da praça programada para o dia 28.

O presidente de uma das entidades que firmam o presente manifesto, José Manoel Ferreira Gonçalves, presidente da FerroFrente, entrou com ação popular contra o leilão, mas que infelizmente acaba de ser negada, sendo que o agravo já está sendo providenciado no sentido de recorrer da decisão para assim defender o interesse nacional por meio da revogação do certame, caso este venha a ser efetivamente concretizado na próxima quinta-feira.

A reunião aqui proposta, entre outros intuitos, busca fazer frente à movimentação do governo, que endereçou nada menos que quatro de seus ministros ao TCU para defender a manutenção do danoso certame.

São eles os Ministros da Casa Civil, da Secretaria de Governo, da Agricultura e da Infraestrutura, que apresentaram ao relator do processo sobre a concessão, ministro Augusto Nardes, argumentos unilaterais para que a disputa seja mantida, como acabou sendo, segundo ele porque a tese do governo está bem fundamentada.

De nossa parte estivemos sempre firmes no diálogo, abrindo todas as frentes, falando com as autoridades competentes e nos reunindo com o próprio Ministro da Infraestrutura, Tarcísio Freitas, com quem concertamos a criação de uma Comissão tripartite, prevista em lei, mas jamais instituída, com representantes do governo, dos usuários e dos concessionários. Contudo até o presente momento nada foi feito nesse sentido.

Nesse sentido, o atual Manifesto é feito em forma de veemente Protesto, confiando seus signatários na prevalência do bom senso (mesmo após o despacho confirmando o certame), algo que, por escasso no atual governo, deve ser e será recuperado.

Brasília, 26 de março de 2019.

Assinam:

FerroFrente; ANUT; Federação Nacional dos Engenheiros; CNTU (Confederação Nacional dos Trabalhadores Universitários); Representantes dos funcionários da Valec; RG-MG Pró ferrovias; Engenheiros Pela Democracia; Rio de volta aos Trilhos; Sindicato de Engenheiros de São Paulo; Sindicato de Engenheiros de Brasília; Federação das Associação dos Engenheiros Ferroviários – FAEF; Associação de Engenheiros Ferroviários – AENFER, e Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro da Leopoldina – AEEFL, no Rio de Janeiro; Associação de Engenheiros da Rede Viação Cearense – AERVC, no Ceará; Associação de Engenheiros Ferroviários do Nordeste – AEFN, em Pernambuco; Associação de Engenheiros e Técnicos Ferroviários da Bahia e Sergipe – AELB, na Bahia; Associação dos Engenheiros Ferroviários do Centro Oeste – AENCO, em Belo Horizonte/ Minas Gerais; Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – AEEFNOB, Associação de Empregados Ferroviários Ativos de São Paulo – AEFEASP, e Associação de Engenheiros da Estrada de Ferro Santos a Jundiá – AEEFSJ, em São Paulo; Associação de Engenheiros da Rede da Viação Paraná – Santa

Catarina - AERVPC, no Paraná/ Santa Catarina; Sociedade dos Engenheiros da Viação Férrea do Rio Grande do Sul – SERVGRS, e a Associação dos Ferroviários Aposentados do Estado do Rio Grande do Sul - AFARGS, no Rio Grande do Sul; Instituto Cidades - ONGtrem - Núcleo de Preservação Ferroviária - Vários voluntários integrantes da sociedade civil.